

# Tempo exíguo ameaça emenda popular

Brasília — Luis Antônio Ribeiro

## Cada proposta tem 30 mil nomes e só há 15 funcionários

Será impossível para a Comissão de Sistematização da Constituinte conferir se cada emenda popular à nova Constituição está subscrita por um mínimo de 30 mil eleitores, se cada eleitor não assinou mais do que o limite permitido de três emendas, ou se todas as assinaturas e números de títulos eleitorais correspondem às pessoas que subscrevem a proposta. A partir de sexta-feira e até o dia 18 de agosto, as emendas populares começam a chegar à Constituinte. Caberá a 15 funcionários da Comissão de Sistematização, comandados por Maria Linda Magalhães e Maria Júlia Rabello de Moura, fazer a triagem e a verificação de que todas as exigências foram cumpridas.

Maria Linda prevê sérios problemas porque, para cada emenda recebida, o grupo de funcionários terá apenas 24 horas para recomendar a aceitação ou não à comissão. Isso porque o regimento interno da Constituinte prevê que a própria comissão deve se manifestar sobre o recebimento de uma proposta deste gênero 48 horas depois que ela for protocolada. "Ficamos com a metade do tempo para a checagem das exigências e encaminhamos à comissão, que terá as outras 24 horas para oficializar o recebimento da sugestão".

**Tempo exíguo** — A fórmula mais simples e segura encontrada por Maria Linda para conferir as listas foi através do número de eleitor, zona e seção. Foi pedido ao Tribunal Superior Eleitoral a lista do recadastramento realizado no ano passado que seria colocada no computador do Prodasen. Mas o TSE ainda não concluiu a listagem dos quase 60 milhões de brasileiros eleitores. "Ficamos sem alternativa. A conferência terá que ser feita manualmente, um trabalho artesanal. Para alimentar o computador e depois cruzar as informações precisaríamos tempo, o que não temos", diz Maria Linda.

"A alternativa é a confiança nas entidades que serão responsáveis pelas emendas, num total de três entidades para cada proposta", diz. "Estas entidades é que responderão pela idoneidade das listas, porque é humanamente impossível conferir todas as



Maria Linda: trabalho manual na era do computador

assinaturas." O critério para o recebimento será a amostragem: "Para cada emenda com um mínimo de 30 mil assinaturas, vamos conferir cerca de 150 a 200 assinaturas, mais é impossível, já que estamos prevendo uma quantidade não inferior a 100 emendas populares, sendo que algumas deverão ultrapassar em muito os 30 mil eleitores".

**Orientação** — Para facilitar um pouco o trabalho, Maria Linda já começa a orientar os que procuram a comissão. Pede que as assinaturas sejam numeradas de 1 a 30 mil. Cada folha contendo assinaturas deve trazer um resumo da emenda, e as entidades que se responsabilizam por elas

devem trazer algo que comprove a sua existência, tal como registro ou ata de reunião.

No momento de protocolar a emenda na Comissão de Sistematização, deverá ser indicado um dos signatários que terá direito a defender a proposta perante os membros da comissão, em reunião a ser marcada, durante 20 minutos. A emenda popular terá a mesma tramitação das demais emendas. E, se receber parecer contrário da comissão, será considerada prejudicada e irá para o arquivo, a menos que venha a ser subscrita por um constituinte. Neste caso, irá para votação em plenário no elenco das emendas com parecer contrário.

Sizenando



## Medo de assinar atrapalha

A desconfiança generalizada quanto à seriedade da Constituinte e a importância da Constituição ou o simples medo de assinar qualquer papel, visto como um reflexo do regime militar, são alguns dos obstáculos encontrados pelas entidades que, em todo o Brasil, lançam-se ao trabalho de recolher as assinaturas necessárias para o encaminhamento de pelo menos 36 emendas populares à Comissão de Sistematização. Muitas vezes as dificuldades decorrem de pura falta de divulgação do movimento ou até de ausência de iniciativa das lideranças políticas ou religiosas locais. No entanto, a obrigatoriedade de fazer constar ao lado da assinatura os números do título, da seção e da zona eleitorais, além do endereço completo, é o que mais tem dificultado a operação.

No Recife, o secretário da Ação Católica Operária, Damião Cândido, conseguiu que apenas três pessoas entre dez subscrevessem qualquer emenda. Já o bispo baiano Thomas Murphy acha que seria "um bom tema para um sociólogo" o medo generalizado de assinar. Em outros lugares, como em Porto Velho, houve pouca divulgação e deficiência na distribuição de fichas, que não são encontradas nem nos sindicatos.

**Descrédito** — Em geral, quanto mais distante dos grandes centros urbanos, maior o esforço para viabilizar o envio das emendas a Brasília. Por exemplo, enquanto em Porto Velho o movimento de coleta não deverá render mais que mil assinaturas distribuídas entre dez emendas, em São Paulo a expectativa é de que apenas no estado sejam recolhidas cerca de um milhão para cerca de trinta emendas.

Mas a regra não é fixa: em Florianópolis, nem mesmo a criação de uma instituição — o Centro de Acompanhamento da Constituinte, que desde o final de 1985 vem fazendo um trabalho popular de esclarecimento, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrado por sessenta entidades — evitou que o movimento não fosse além de 13 mil assinaturas para as diversas emendas.

Mesmo levadas de casa em casa, nas grandes capitais, emendas que tratam de saúde, ampliação dos direitos do trabalhador, reformas agrária e urbana, direitos da mulher e outros temas não têm encontrado a receptividade esperada pelas entidades.

No entanto, iniciativas específicas, como a do Conselho Indigenista Missionário—Cimi, de Mato Grosso, vem conseguindo sensibilizar a população, mesmo na capital e nas principais cidades do interior, para o problema das nações indígenas no país. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura — Fetaag — também está otimista com o resultado de seu trabalho.

**Catequese eleitoral** — Militantes dos pequenos partidos de esquerda, como os partidos comunistas e o PT — mas, em certas regiões, como em Cuiabá, até do PFL e do PDS — são, além da Igreja, os que levam adiante a tarefa de passar as listas. Em Natal, está agindo uma Frente Popular integrada pelo PCB, pelo PC do B, PT, PSB, PDT e PH, que atua conjuntamente com a CUT e a CGT. Sindicatos — como os de jornalistas e bancários, que passam listas por reivindicações específicas — e entidades profissionais também ajudam, às vezes compatibilizando necessidades de suas categorias com reivindicações gerais da população.

Mas é a Igreja que se encarrega da maior parte do trabalho, incluindo-o em sua rotina há meses, quando tomou a iniciativa de começar os debates sobre a Constituinte. No Rio Grande do Sul, as paróquias encerram uma atividade de debate que vem de meses com a realização do "Domingo da Constituição", no qual os fiéis comparecem à missa unidos dos títulos eleitorais para assinarem as propostas que a CNBB pretende encaminhar à Constituinte. No outro extremo do país, no Acre, padres, freiras e agentes de pastoral, em sua catequese pelo interior, além da Bíblia e suas cartilhas de conscientização, levam os formulários para serem preenchidos por colonos e seringueiros eleitores.

## "Escola de samba" apresentará temas

"Constituinte sem povo / não cria nada de novo" vai ser transformada de palavra de ordem em letra de samba, ao compasso das alas que desfilarão às 17h da próxima sexta-feira pela Avenida Rio Branco, no Rio, representando as emendas populares. Cada entidade interessada na aprovação de uma emenda funcionará como a direção das alas das escolas de samba, com a função de arregimentar os "foliões".

O desfile faz parte do Dia Nacional de Mobilização pelas Emendas Populares, realizado pelo Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte. A "escola de samba" terá a sua Comissão de Frente, com um representante de cada entidade do Plenário, depois da qual vem a primeira ala: Mecanismos de Participação Popular, integrada pelas comunidades eclesiais de base, ABI, Famerj e outras entidades. A concentração começará às 16h, na Candelária.

## Entidade perde 70 mil adesões

Por desinformação, a Doretrans-Associação Nacional de Pacientes, Doadores e Transplantados Renais — com sede em Belo Horizonte, poderá perder as cerca de 70 mil assinaturas que colheu, desde fevereiro, para a sua proposta à Constituinte, para a inclusão, no texto constitucional, do direito de representação, numa comissão mista do Ministério da Previdência Social, de representantes dos mais de 100 mil doentes renais existente em todo o país, ao lado de médicos e representantes dos hospitais.

Somente em maio passado, quando as assinaturas já haviam sido colhidas — através dos correios, em todo o país —, os dirigentes da Doretrans souberam que o abaixo-assinado de dados completos das pessoas.